

# Funaro defende novo relacionamento entre os países credores e devedores

RIBAMAR OLIVEIRA  
Enviado Especial

WASHINGTON — Em pronunciamento feito no primeiro dia de reunião do Comitê Interino do Fundo Monetário Internacional (FMI), que reúne representantes dos 23 mais importantes países membros, o Ministro da Fazenda Dilson Funaro pediu a imediata revisão do relacionamento entre credores e devedores, e fez uma grave advertência: "O Brasil já decidiu que não ficará à espera de que sejam corrigidos os desequilíbrios financeiros internacionais, ou de que se estabeleça uma nova ordem econômica mundial."

O caminho mais eficaz para a solução da dívida externa, segundo Funaro, é a redução das despesas com juros, uma diminuição significativa dos spreads (taxas de risco) cobrados pelos bancos, e a ampliação dos prazos de pagamento. "Se não reconhecerem isto, os bancos estarão prestando um desserviço ao próprio Sistema Financeiro, e estarão pressionando ainda mais para baixo o valor de seus créditos, eventualmente pondo em perigo sua própria situação." Funaro insistiu na tese brasileira que o problema da dívida "não é meramente econômico", e que envolve "uma discussão política abrangente que não pode ser substituída por condicionalidades unilateralmente impostas".

Funaro manifestou, também, sua apreensão com respeito aos movimentos recentes de desvalorização do dólar, para enfrentar o problema do desequilíbrio comercial norte-americano, afirmando que eles "não



Funaro e Baker com o sueco Kjell-Olof Feldt antes da reunião do FMI

são de molde a garantir a estabilidade monetária global". Na sua opinião, "o dilema reside no fato de que as desvalorizações podem não conduzir à esperada redução do déficit comercial americano, enquanto arriscam comprometer o afluxo regular de capitais para financiar os déficits comercial e orçamentário". Para não chegar a uma nova crise financeira internacional, argumentou Funaro, esse realinhamento das paridades cambiais e dos fluxos de comércio "exigiria um grau muito avançado de coordenação das políticas econômicas das principais nações industrializadas".

— Desde 1985, o Brasil vem seguindo com êxito o modelo de crescimento — disse o Ministro da Fazenda. E explicou que, para garantir a sustentação desse crescimento "é

necessário reduzir a transferência de recursos ao exterior". Segundo ele, entre 1983 e 1986 o Brasil pagou ao exterior US\$ 44,5 bilhões (Cz\$ 596,3 bilhões) sob a forma de juros, lucros e outras rendas de capital, tendo recebido apenas US\$ 10,6 bilhões (Cz\$ 142,04 bilhões) de novos ingressos de capitais. Essa transferência de recursos reais para o exterior chegará, em 1986, a cerca de 20 por cento da poupança interna bruta. "Não se pode esperar que esse processo continue", afirmou.

O modelo de crescimento, advertiu o Ministro da Fazenda, "não é compatível com a compressão das importações, e exige níveis mais elevados de investimentos, que não podem ser atingidos se a poupança interna é drenada para o exterior".